

Uso de novas tecnologias na prevenção ao crime ganha força no mundo

Equilibrar o direito à privacidade individual e a responsabilidade de garantir a segurança pública é o principal desafio

Robert Muggah

14 de janeiro de 2020

KARIME XAVIER/FOLHAPRESS



São Paulo investiu US\$ 4,3 milhões em sistema de monitoramento

A violência policial é endêmica em muitas partes do mundo. Nos EUA, cerca de **1.000 pessoas por ano** são baleadas e mortas em ações policiais. No Brasil, esse número é aproximadamente **seis vezes maior**. De **Nova York a Kingston** e da Cidade do Cabo ao **Rio de Janeiro**, a polícia está passando por intenso escrutínio. Novas tecnologias, como câmeras acopladas ao uniforme dos policiais, estão sendo implantadas para proteger cidadãos comuns de violência e de prisão extrajudicial arbitrária. Algumas delas vêm dando resultados, mas o que mais chama a atenção é o fato dessas novidades não serem bem-vindas apenas pelos cidadãos, os próprios policiais estão entusiasmados com elas.

Graças à revolução tecnológica, o policiamento no Brasil passou a ter maior nível de responsabilidade. As polícias estão começando a adotar sistemas de detecção usando big data, **scanners portáteis** e reconhecimento facial em multidões para melhorar a capacidade de antecipar, rastrear e prevenir crimes. É claro que a tecnologia sozinha não evita o crime. Mas isso não impede que os governos multipliquem suas soluções digitais. No início deste ano, o governo de São Paulo anunciou investimento de US\$ 4,3 milhões no **Detecta**, um sistema inteligente de monitoramento que dotaria 100.000 policiais com tablets, laptops e smartphones criando uma rede de câmeras inteligentes.

Um dos casos mais conhecidos do uso de câmeras corporais usadas pela polícia foi na cidade californiana de Rialto. Uma **experiência piloto** randômica, usando apenas 54 câmeras móveis, em 2012, resultou numa redução de 88% nas denúncias contra

policiais e de 60% nos incidentes com uso de força policial. Todas as interações da polícia com o público eram gravadas por dispositivos audiovisuais em HD, especialmente projetados e usados pelos policiais. Ao invés de tornar o contato mais frio e impessoal, o uso de câmeras acopladas ao uniforme fez com que o contato entre polícia e cidadão se tornasse ainda mais positivo.

Essa tecnologia foi testada no Brasil e na África do Sul, entre 2013 e 2016, em parceria com a Polícia Militar do Rio de Janeiro e as instituições sul-africanas APCOF, o Governo do Cabo Ocidental e o Departamento de Segurança Pública da Cidade de Joanesburgo. Entre 2017 e 2018, o Instituto Igarapé, em parceria com pesquisadores da PUC-RJ e da Universidade de Chicago, implementou experimentos randomizados para avaliar o impacto da tecnologia junto à Polícia Militar de Santa Catarina e o Departamento de Polícia da Cidade de Jersey City, no estado de Nova Jersey, Estados Unidos. A tecnologia está em operação desde setembro de 2019 no estado de Santa Catarina com mais de 2500 câmeras corporais em uso.

Os psicólogos comportamentais [atribuem esses resultados positivos](#) à crescente autoconsciência e à chamada "resposta socialmente desejável". Geralmente, quando sabem que estão sendo observadas, as pessoas adotam atitudes que sejam consideradas favoráveis pelos outros. A experiência de Rialto abalou o mundo do policiamento. Em 2013, foi usada como [exemplo positivo por uma juíza de Nova York](#) que julgou inconstitucional a prática da polícia de Nova York de abordagem e revista ("stop-and-frisk"). Ela também determinou que a polícia de Nova York começasse a usar câmeras vestíveis.

Enquanto isso, [centenas de outros departamentos de polícia americanos](#) estão avançando nesta direção. Em Tucson, no Arizona, os policiais que se opunham ao uso de câmeras rapidamente se tornaram defensores fervorosos. Da mesma forma, em [Greensboro, na Carolina do Norte](#), após um projeto-piloto, todos os policiais passaram a usar câmeras corporais e em [Oakland, na Califórnia](#), as câmeras começaram a ser usadas em 2009 e hoje é usada por toda a força policial. Mesmo assim, ainda há muitos desafios. Muitos departamentos de polícia - especialmente os de pequeno e médio porte - [subestimaram os custos](#) de operação e manutenção de um sistema de câmeras. Um dos maiores é o de armazenamento e gerenciamento de milhares de horas de gravação.

Toda essa inovação não está restrita aos Estados Unidos. O [Instituto Igarapé](#) também lançou um [aplicativo Android](#) chamado CopCast, que roda em um software de código aberto. A partir do ano passado, cerca de [2.500 policiais estão usando a plataforma em Santa Catarina](#). Além disso, o Instituto está submetendo a implementação a um [teste aleatório controlado](#) para identificar os impactos no desempenho, proteção e resposta do cidadão. Após a realização de testes em Santa Marta, no Rio de Janeiro, em 2018, o Human Rights Watch recomendou que [o uso da tecnologia do Instituto](#) fosse ampliado no Rio de Janeiro em 2018, embora o processo tenha sido paralisado devido à falta de fundos e de capacidade do servidor.

Não surpreende que haja receio em relação ao uso de câmeras móveis pelas forças policiais. Alguns críticos [acreditam](#) que seja o presságio de um futuro distópico onde "todos estarão sob suspeita". Eles têm um ponto. Se não controlada, há o [risco](#) de a prevenção ao crime se transformar em vigilância generalizada. As câmeras corporais 24/7 são potencialmente invasivas, pois os policiais costumam entrar nas casas das pessoas e interagir com espectadores, suspeitos e vítimas. Muitos [ativistas da privacidade](#) têm uma visão sombria da proliferação de câmeras de policiais. Também há preocupação de que as câmeras corporais possam ser [mais caras](#) e [menos impactantes](#) do que se supõe.

No entanto, também existem defensores dos direitos humanos que veem um possível resultado em que todos ganham ao dotar policiais com câmeras móveis. A American Civil Liberties Union of Southern California - uma crítica regular dos abusos policiais - se posicionou a [favor da tecnologia](#). Juntamente com a American Civil Liberties Union, ou ACLU, eles argumentam que, com os [controles adequados](#) - incluindo a exclusão regular de vídeos e a manutenção de privacidade, exceto para processos -, os ganhos em prestação de contas superam as preocupações com a privacidade. De acordo com a ACLU, "as câmeras corporais da polícia são diferentes (das de vigilância), devido ao seu potencial de servir como um controle contra o abuso de poder por policiais". Não é mais uma questão sobre a garantia da ferramenta, mas de como a solução é implementada.

A controvérsia pode ser resumida em uma pergunta básica - como equilibrar o direito à privacidade individual e a responsabilidade policial de garantir a segurança pública? No caso das câmeras dos policiais, uma série de freios e contrapesos foram propostos para maximizar a privacidade. A American Civil Liberties Union defendeu a inclusão de sistemas de notificação ao cidadão e limitação de filmagens nas casas das pessoas. Eles [aconselham](#) a não reter os dados por mais tempo do que o necessário e pedem diretrizes sobre o uso de gravações e algum grau de divulgação pública.

As oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias estão ganhando impulso entre as forças policiais no Brasil, Estados Unidos, Reino Unido e em todo o mundo. Todos concordam que a prevenção ao crime não está mais restrita à polícia, mas também exige o [domínio de novas tecnologias](#). E, embora haja muito a ganhar com a revolução digital, também há perigo. Equipar a polícia com câmeras corporais é até certo ponto inevitável, mas ainda levanta questões éticas e legais complicadas para policiais e cidadãos.

Até agora, a introdução de câmeras corporais está sendo realizada com cautela. O sucesso dessas ferramentas em longo prazo depende em grande parte da confiança do público na integridade da tecnologia e na maneira como ela é aplicada. Se as vítimas de crimes não pedem ajuda devido ao medo de que suas interações se tornem públicas, o experimento fracassará. Qualquer que seja o futuro, esta revolução está sendo televisionada.

Robert Muggah

Diretor de pesquisas do Instituto Igarapé

<https://backup.forumseguranca.org.br/seguranca-no-mundo1/template-1-seguranca-no-mundo-8o56u-ycqrt>

